

REGIONALISMO, REPRESENTAÇÕES PERIFÉRICAS E OS LIMITES DO CÂNONE

REGIONALISM, PERIPHERAL REPRESENTATIONS AND THE LIMITS OF THE CANON



Revista dos Cursos de Letras e do Programa de Pós-graduação em Letras – Unifap

FLUXO DA SUBMISSÃO

Submissão do trabalho: 15/07/2025

Aprovação do trabalho: 28/8/2026

Publicação do trabalho: 19/10/2026

Sheila Praxedes Pereira Campos 
sheilaprxedes@hotmail.com
 Universidade Federal de Roraima

Emily Louise David Lemos 
emilylouiselemos@gmail.com
 Universidade Federal de Roraima

COMO CITAR

PRAXEDES PEREIRA CAMPOS, Sheila; DAVID LEMOS, Emily Louise. REGIONALISMO, REPRESENTAÇÕES PERIFÉRICAS E OS LIMITES DO CÂNONE. Revista Letras Escreve, [S. l.], v. 17, n. 2, p. 102-119, 2026. Disponível em: <https://periodicos.unifap.br/letrasescreve/article/view/1816>.

Resumo

Neste ensaio, analisamos o conceito de regionalismo na literatura brasileira contemporânea a partir de três eixos: os limites do cânone, o regionalismo como afirmação identitária ou estigma crítico, e as representações periféricas como formas de reconfiguração simbólica. Partimos da constatação de que obras oriundas de regiões historicamente marginalizadas seguem sendo enquadradas por categorias redutoras como “literatura regional” ou “literatura periférica”, frequentemente associadas a valores estéticos secundarizados. Interessa-nos observar como tais classificações influenciam os mecanismos de recepção, circulação e consagração, tornando visíveis as disputas por legitimidade que atravessam o campo literário. O regionalismo, longe de ser um conceito ultrapassado, mantém-se como ferramenta crítica que evidencia desigualdades estruturais e atua como estratégia de resistência à centralização, articulando formas alternativas de afirmação simbólica que desestabilizam categorias consolidadas e deslocam os limites do cânone imposto pelos polos hegemônicos. Ao acompanharmos diferentes posicionamentos diante dessas classificações, destacamos como essas produções mobilizam formas próprias de afirmação estética, revelando os impasses ainda presentes nos processos de valoração e reconhecimento literário, compreendendo esse processo como parte das lógicas de consagração que moldam o campo. Tais dinâmicas, ao refletirem estruturas assimétricas de reconhecimento, ajudam a mapear disputas mais amplas nos espaços literários dos países de língua portuguesa, em especial no que tange à presença e validação de produções oriundas de contextos historicamente subalternizados.

Palavras-chave: Regionalismo; crítica literária; cânone; representações periféricas; política cultural.

Abstract:

In this essay, we analyse the concept of regionalism in contemporary Brazilian literature from three perspectives: the limits of the canon, regionalism as an affirmation of identity or critical stigma, and peripheral representations as forms of symbolic reconfiguration. We start from the observation that works originating from historically marginalised regions continue to be framed by reductive categories such as “regional literature” or “peripheral literature”, often associated with secondary aesthetic values. We are interested in observing how such classifications influence the mechanisms of reception, circulation and consecration, making visible the disputes over legitimacy that traverse the literary field. Regionalism, far from being an outdated concept, remains a critical tool that highlights structural inequalities and acts as a strategy of resistance to centralisation, articulating alternative forms of symbolic affirmation that destabilise consolidated categories and shift the boundaries of the canon imposed by hegemonic centres. By following different positions in relation to these classifications, we

highlight how these productions mobilise their own forms of aesthetic affirmation, revealing the impasses still present in the processes of literary valuation and recognition, understanding this process as part of the logic of consecration that shapes the field. Such dynamics, by reflecting asymmetrical structures of recognition, help to map broader disputes in the literary spaces of Portuguese-speaking countries, especially with regard to the presence and validation of productions originating from historically subalternised contexts.

Keywords: Regionalism; literary criticism; canon; peripheral representations; cultural politics.

Introdução

“Afim, que interesse poderia haver em um autor estrangeiro se este não traz para sua literatura algo de sua *estrangeiridade*?”. Com esta indagação, Carola Saavedra, em sua crônica “Do exótico e outros encantos”, publicada na coluna Intercâmbios Ficcionalis do *Rascunho*, em janeiro de 2012, expõe a lógica subjacente ao fascínio pelo exotismo nas produções literárias provenientes de regiões periféricas. O exotismo exerce forte apelo comercial e midiático exatamente por corresponder às expectativas de leitores e críticos situados nos grandes centros, que buscam no texto regional uma confirmação de estereótipos culturais e geográficos previamente estabelecidos. Consequentemente, a literatura produzida fora dos eixos hegemônicos é frequentemente classificada sob critérios exóticos que reforçam representações simplificadas e estereotipadas das regiões retratadas.

Nesse sentido, a catalogação regionalista exerce um papel ambíguo: desperta interesse pela singularidade e peculiaridade das culturas representadas, ao mesmo tempo que limita autores e suas obras à condição de representantes simbólicos de culturas supostamente estáticas e homogêneas, ignorando as complexidades reais dessas regiões. Como Saavedra argumenta, “no fundo pouco importa se um autor escreve uma história passada em seu bairro, em seu país ou num outro continente. Ele nunca deixa de falar dele mesmo, ele nunca se desvincula da sua forma de estar no mundo, do seu olhar para aquilo que o rodeia” (Saavedra, 2012, p. 32). Essa perspectiva questiona a validade da categorização regionalista ao sugerir que toda literatura, independentemente de sua localização, surge inevitavelmente da subjetividade e experiência pessoal do autor, contrapondo-se diretamente à lógica excludente do cânone ocidental, determinado por critérios rígidos e universalizantes, impostos por uma elite cultural acadêmica e crítica.

Ao lidar com categorias como regionalismo ou literatura periférica, a crítica literária frequentemente reforça os mecanismos de exclusão que moldam o campo literário nacional. As classificações associadas ao local de origem das obras, quando deslocadas de um exame estético e político mais amplo, servem muitas vezes para reafirmar os critérios de consagração já instituídos. Essa lógica canonizante tende a privilegiar produções alinhadas ao eixo Rio-São Paulo, ao mesmo tempo em que associa autores de outras regiões à representação de um espaço arcaico, exótico ou pitoresco. No caso do Norte brasileiro, esse processo se manifesta de forma intensa, em que obras e autores são frequentemente interpretados como vozes de um lugar “outro”, que interessa mais como curiosidade cultural do que como proposição estética e crítica.

Partindo de nossa atuação como professoras de literatura na graduação e na educação básica

em contexto amazônico, este ensaio se organiza em três movimentos interligados. O primeiro trata dos limites do cânone literário brasileiro, discutindo as implicações políticas de seu processo de formação e as marcas excludentes presentes nos modos de legitimação crítica. Em seguida, o segundo tópico examina o regionalismo enquanto categoria ambígua, por vezes afirmativa da diversidade cultural e simbólica do país, por vezes marcada pelo estigma de inferiorização e confinamento. Por fim, o texto analisa as representações periféricas e as reformulações propostas por dois autores contemporâneos, que desafiam os enquadramentos herdados e reconfiguram a maneira como as margens vêm sendo lidas no interior do sistema literário.

Ao comentar que “a literatura não está aí para nos dar respostas, ao contrário, se é que ela tem alguma função, é investigar a realidade oferecendo novas perguntas”, Carola Saavedra (2012, p. 32) sintetiza uma das principais direções assumidas neste estudo. A provocação contida na citação reverbera nas indagações críticas que orientam o primeiro eixo do trabalho: até que ponto o cânone, em sua pretensa universalidade, se sustenta como medida para julgar a diversidade literária do país? E mais: que perguntas a literatura vinda das margens nos obriga a reformular sobre os critérios que historicamente regularam o que é reconhecido, publicado, ensinado e valorizado como literatura brasileira? Tais questões situam-se no campo da articulação entre literatura e política, evidenciando como as disputas por representação e pertencimento no sistema literário se inserem nas dinâmicas mais amplas de poder e exclusão que atravessam o espaço cultural lusófono.

1 Limites do cânone

O denominado “cânone ocidental” foi (ou ainda é) consagrado com base em parâmetros bastante rígidos, tais como a literariedade, a permanência desse texto ao longo do tempo ou seu caráter “universal”. Nesse sentido, Roberto Mibielli (2021, p. 15) esclarece que “a consagração, termo de origem sacra, não se dá por si só. É preciso que um conjunto de sacerdotes da palavra – no caso da literatura, um conjunto de críticos e professores –, ao longo do tempo, indiquem a leitura dessa obra a ser canonizada”. Assim, os textos canônicos são deliberadamente selecionados a partir de características que, segundo o grupo responsável por sua escolha, devem servir de modelo para a escrita de novas obras e para suas análises subsequentes. Por possuir validação social, esse seleto grupo de críticos e professores, considerado a elite cultural, estabelece uma espécie de régua para as novas produções literárias.

Desse modo, por ser uma escolha dessa elite cultural, que frequentemente perpetua relações de dominação social impostas pela classe dominante, o cânone torna-se excludente, não representando a grande massa de obras literárias e seus autores. Em decorrência disso, Mibielli (2021, p. 18-19) observa que o cânone funciona como “um instrumento de manutenção do poder de quem o institui, no qual prevalece a interpretação de um dado texto que, contrastado com as outras versões, melhor representa esses valores e interesses.”

Essa seleção das obras canônicas, conforme aponta o professor, também constitui uma das

formas mais sutis e eficazes de propagar a ideologia da classe dominante, cuja característica central, segundo Marx, é justamente a ocultação. Dessa forma, o viés ideológico manifesta-se pelos atos mais simples, tornando-se naturalizado, invisível e incontestável, razão pela qual poucas vezes é questionado. Assim, ele se propaga de maneira profunda e eficiente, mantendo a normalidade social. Considerando a lógica dominante em nossa sociedade, é evidente que o cânone reflete, em grande medida, os interesses da classe dominante, pois são as suas características que determinam quais produções literárias merecem valor e visibilidade. Nesse sentido,

Para a maioria das pessoas, essa forma de perpetuação do poder não é clara, ou seja, embora cultuem os textos canônicos, que no seu bojo trazem formas de reiteração de determinados valores, elas o fazem não pela consciência de que assim podem eternizar as formas de exclusão, mas porque ao longo dos tempos foram condicionadas a acreditar num conjunto de critérios como modelos de beleza. E esses critérios, por sua vez, foram histórica e socialmente constituídos em séculos de existência da arte de bem escrever. (Mibielli, 2021, p. 21)

Entende-se, portanto, que o cânone representa aquilo que a classe dominante, sobretudo nos grandes centros, considera valoroso. Em contrapartida, as produções artístico-literárias marginais se destacam justamente por contrapor-se a esse modelo canônico. Sob uma perspectiva “estritamente artística, marginais são as produções que afrontam o cânone, rompendo com as normas e os paradigmas estéticos vigentes” (Oliveira, 2011, p. 31). Dessa maneira, obras que não apresentam as características exigidas para serem consideradas “boa literatura” acabam categorizadas como marginais e, conseqüentemente, estigmatizadas. Esse termo é calcado desde os anos 70 do século XX, quando

um grupo de artistas e intelectuais pertencentes à classe média, com amplo acesso à cultura letrada, mas sem dispor de meios econômicos para patrocinar uma “revolução” estética nos moldes modernistas, a literatura marginal dos anos 70 no Brasil faz-se à margem do sistema social e cultural vigente. O movimento não insiste tanto na renovação das formas estéticas, mas propõe uma mudança nas próprias práticas culturais, nos modos de conceber a cultura fora de parâmetros sérios e eruditos, como atitude crítica à ordem do sistema. (Oliveira, 2011, p. 31)

Essa movimentação passa a dar voz à literatura produzida em locais onde a grande massa, imersa na ideologia capitalista, é levada a acreditar que não há cultura. Em termos urbanos, conforme aponta a pesquisadora Rejane Pivetta de Oliveira (2011), esses locais são as periferias, regiões afastadas dos grandes centros onde vivem as populações de baixa renda. Socialmente, são espaços ocupados pelas chamadas “minorias”, representando a classe dominada e subalternizada. Esses locais existem sempre em oposição ao centro, onde se encontra a classe dominante, seja sob o ponto de vista social, político ou econômico. Dessa forma, considerar as regiões periféricas implica

analisá-las em relação ao modelo hegemônico vigente em nossa sociedade, cuja perspectiva é essencialmente eurocêntrica, além de branca, masculina e cristã.

Nesse contexto, Oliveira (2011, p. 33) afirma que “tanto o marginal como o periférico são conceitos intrinsecamente ligados a modelos de representação, que põem em causa não apenas modos de significar o mundo, como também de produzir identidades”. Esses conceitos assumem grande relevância na literatura contemporânea por refletirem diretamente a construção identitária dos grupos subalternizados que habitam essas regiões. Cabe ressaltar que a condição periférica, marcada pela exclusão social e pobreza, está presente na literatura brasileira há bastante tempo. São exemplos notáveis as obras de Graciliano Ramos, Raquel de Queiroz e João Cabral de Melo Neto, que retrataram a trágica exploração e as condições áridas do interior nordestino (refletidas, inclusive, nas secas relações sociais) nas quais personagens como os retirantes Fabiano, Chico Bento e Severino se veem obrigados a deixar suas casas em busca de melhores condições de vida nos grandes centros litorâneos do Nordeste, ou, no caso de Chico Bento e sua família, na cidade de São Paulo.

Um aspecto fundamental da literatura marginal contemporânea é o deslocamento do olhar para autores que produzem e vivem efetivamente nas regiões periféricas, trazendo consigo uma perspectiva autêntica da marginalização social e cultural. Contudo, conforme alerta Oliveira (2011, p. 33), “[...] a maior parte dos escritores que povoaram suas páginas com os marginais e marginalizados da sociedade, salvo algumas poucas exceções, não pertencem a essa classe de indivíduos senão que assumem o papel de porta-vozes desses sujeitos [...]”. Nesse sentido, o diferencial da literatura marginal contemporânea está precisamente em dar voz aos próprios sujeitos que vivenciam a marginalização, evidenciando o conceito de “lugar de fala”.

Dessa forma, a literatura periférica desafia a teoria da literatura a articular a voz do sujeito que fala desde sua condição marginal à posição hegemônica do intelectual que fala sobre uma realidade e sobre práticas por ele desconhecidas, avaliadas segundo lugares sociais e institucionais, representantes do centro e da ordem, que inevitavelmente carregam posições ideológicas e interesses que condicionam a sua interpretação. (Oliveira, 2011, p. 36)

Gayatri Spivak (2010), a quem a estudiosa Rejane Pivetta de Oliveira faz referência, destaca em seu renomado ensaio *Pode o subalterno falar?* os perigos dos intelectuais que concebem o subalterno apenas como um objeto discursivo, apropriando-se dele sem que haja espaço efetivo para que esses indivíduos expressem suas próprias vozes e sejam devidamente ouvidos. Essa questão torna-se particularmente relevante ao considerarmos a literatura periférica, pois esta expõe o problema de como o intelectual (crítico literário ou professor universitário) “[...] pode produzir uma teoria (ou mesmo uma crítica) dessa literatura, sem assimilá-la às categorias e parâmetros consagrados da estética, ou sem valer-se de pressupostos metodológicos válidos indiferentemente para todo e qualquer objeto literário” (Oliveira, 2011, p. 35). Esse alerta é especialmente pertinente, pois essa vertente da literatura frequentemente não se enquadra nos moldes canônicos, na verdade,

frequentemente os rejeita. Aqui reside um ponto central das divergências entre o cânone tradicional, perpetuado pela crítica literária, e as produções periféricas, pois tentar aplicar conceitos vindos dos grandes polos culturais do ocidente a obras cujo propósito é subverter essa lógica resultará invariavelmente em inferiorização e estigmatização das produções marginais.

Nesse sentido, Spivak (2010) enfatiza que é dever do intelectual pós-moderno criar espaços nos quais os subalternos tenham efetivamente o direito de falar por si próprios e, quando o fizerem, sejam legitimamente escutados. A função do intelectual não é falar pelo subalterno, mas sim trabalhar contra o silenciamento desses sujeitos. Isso implica um constante questionamento por parte do crítico quanto às próprias visões e teorias que fundamentam suas análises, para não perpetuar inadvertidamente a dominação das classes subalternizadas.

Assim, segundo Oliveira (2011, p. 36), é fundamental que o pesquisador reflita continuamente sobre seu próprio posicionamento para evitar que a teoria se torne superior ao objeto estudado, silenciando-o ou impondo-lhe interpretações externas e dominadoras. Nesse sentido, a relevância da teoria não está apenas em sua capacidade descritiva ou explicativa, mas principalmente na sua habilidade de modificar nossa percepção e compreensão do mundo. Em outras palavras, sua eficácia reside em revelar a maneira como o objeto literário se manifesta de forma dinâmica e vívida, intrinsecamente ligado às experiências concretas e aos contextos práticos da vida cotidiana.

2 Regionalismo como afirmação ou estigma

Com as contradições surgidas na crítica literária a partir da pós-modernidade, o eurocentrismo que sustentava os estudos literários começou a ser relativizado por abordagens mais historicizadas dos textos. Isso não significou o fim do cânone, que segue sendo influente e valorizado, como se vê nos cursos de Letras espalhados pelo país, ainda pautados por tradições críticas e teóricas consolidadas. No entanto, o campo se alargou, e hoje há mais espaço para que possamos questionar as categorias e os modelos que por tanto tempo orientaram o modo como lemos, ensinamos e avaliamos a literatura.

Dentre os mais combatidos “marginais” da Literatura Brasileira, podemos destacar o Regionalismo. Ao discutirmos o regionalismo na literatura brasileira, já partimos de uma constatação: trata-se de um tema polêmico, que desperta posicionamentos diversos entre críticos, estudiosos e escritores. A pergunta que costuma atravessar esse debate é: vale ou não a pena assumir-se como autor regional? Não buscamos aqui uma resposta definitiva, até porque isso depende da maneira como entendemos e valorizamos a ideia de “ser regional” dentro do sistema literário. O que nos interessa é refletir sobre o motivo pelo qual o regionalismo ainda provoca tanto desconforto, resistência e até negação. Questioná-lo é também investigar os critérios que regem o valor literário e a maneira como certas obras, temas e vozes são acolhidos ou recusados.

A discussão sobre o regionalismo na literatura brasileira remonta ao século XIX, mesmo antes de o termo ser consolidado nos estudos literários, conforme analisam Dilma Diniz e Haydée Coelho,

no verbete “Regionalismo” do volume *Conceitos de literatura e cultura* (2010), e Allison Leão e Sheila Campos, em *Palavras da Crítica* (2021). Neste último estudo, os autores destacam a urgência de refletir criticamente sobre o conceito, sobretudo a partir de um ponto de vista situado nas margens do sistema literário, como se lê no seguinte trecho:

Problematizar esse conceito, inclusive do lugar de onde falamos (o Norte do Brasil), lugar onde tudo o que se produz é considerado “regionalista”, torna-se necessário, ao levar em consideração que a existência de um regionalismo pressupõe a existência de um não regionalismo. E pensar esse não regionalismo implica pensar na sobreposição de um centro (não-regionalista) sobre as margens (lugar de regionalismos), resultando em conflitos que vão desde a defesa de um regionalismo como inerente às produções que apontem para alguma valorização da cultura local, bem como à rejeição por parte dos autores de certa filiação ao regional. (Campos; Leão, 2021, p. 649)

Essa leitura reforça a ideia de que o regionalismo é menos um traço temático e mais um marcador ideológico, frequentemente usado para delimitar o lugar simbólico das obras no campo literário. Nesse sentido, já se percebem traços dessa preocupação nas reflexões de Machado de Assis em seu famoso ensaio “Notícias sobre a atual literatura brasileira”, publicado em 1873 no periódico novaiorquino *O Novo Mundo*. Ali, o autor critica a excessiva influência europeia nas obras de sua época e destaca a frequente presença da chamada “cor local”¹ como tentativa de construção de uma identidade literária nacional, ainda que embrionária ou insuficiente, como aponta:

Sente-se aquele instinto até nas manifestações da opinião, aliás mal formada ainda, restrita em extremo, pouco solícita, e ainda menos apaixonada nestas questões de poesia e literatura. Há nela um instinto que leva a aplaudir principalmente as obras que trazem os toques nacionais. (Assis, 2023, p. 59)

Nesse ensaio, Machado também dirige críticas aos escritores do Arcadismo, apontando o “mau gosto” que, em sua avaliação, comprometeu a literatura tanto brasileira quanto portuguesa. No entanto, como observa André Tessaro Pelinser (2015), suas críticas são articuladas em duas frentes: por um lado, reconhece que não se pode exigir dos autores daquele período uma ruptura completa com o pensamento dominante de sua época; por outro, valoriza o movimento inicial (ainda que

¹ Ainda em *Notícias sobre a atual literatura brasileira*, essa “cor local” a que Machado se refere é uma espécie de caracterização dos textos literários que absorvem as especificidades de um determinado lugar, estratégia usada para trazer à luz um nacionalismo literário, criticado pelo autor: “Há também uma parte da poesia, que, justamente preocupada com a cor local, cai muitas vezes numa funesta ilusão. Um poeta não é nacional só porque insere nos seus versos muitos nomes de flores ou aves do país, o que pode dar uma nacionalidade de vocabulário e nada mais. Aprecia-se a cor local, mas é preciso que a imaginação, lhe dê os seus toques, e que estes sejam naturais, não de acarreto. Os defeitos que resumidamente aponto não os tenho por incorrigíveis; a crítica os emendaria; na falta dela, o tempo se incumbirá de trazer às vocações as melhores leis.” (Assis, 2023, p. 66).

incipiente) de busca por uma identidade nacional nas obras literárias surgidas naquele contexto. Assim, mesmo sem nomear o regionalismo como tal, Machado já reconhecia em seu tempo os esforços e os limites de uma literatura marcada pelo conflito entre dependência cultural e aspiração por autenticidade.

É durante o século XIX que o Brasil registra um crescimento expressivo de obras literárias voltadas às questões nacionais e identitárias de uma nação recém-independente. Contudo, em contraste com os intentos de construção de uma identidade plenamente nacional, é da França que vem o estímulo intelectual para o rompimento simbólico com Portugal. Pelinser (2015), ao analisar *A nação e o paraíso*, de João Ernesto Weber, destaca que “a França, e os franceses, passam a alimentar os horizontes ideológicos da nova ‘nação’, servindo esses horizontes à diferenciação com respeito a Portugal” (Weber, 1997, p. 33 *apud* Pelinser, 2015, p. 361). Ou seja, mesmo buscando uma afirmação autônoma, a literatura brasileira se constitui em constante diálogo (e conflito) com referências externas, em especial europeias.

Nesse percurso, como afirma Pelinser, Antonio Candido, em *A literatura e a formação do homem*, observa que o regionalismo (posterior ao arcadismo do século XVIII e ao indianismo romântico do século XIX) é fruto do contato entre o meio europeu e o americano, marcando a busca pelo “tipicamente brasileiro”. Candido classifica o Regionalismo como documentário da realidade e idealizador ao mesmo tempo, pois este

forneceu elementos para a auto-identificação do homem brasileiro e também para uma série de projeções ideais. Nesta palestra, o intuito é mostrar que a sua função social foi ao mesmo tempo humanizadora e alienadora, conforme o aspecto ou o autor considerado. (Candido, 2012, p. 86)

Candido introduz um importante contraponto sobre o regionalismo, ao não classificá-lo como uma forma de representação literária inerentemente boa ou ruim. Pelo contrário, ele destaca que se trata de dois lados da mesma moeda. O regional, quando bem trabalhado, contribui para a qualidade do texto literário ao humanizar a descrição dos personagens e o retrato social da obra. No entanto, quando conduzido de forma superficial ou estereotipada, pode também exaltar o exotismo e a caricatura, comprometendo sua função social e tornando-o um instrumento de alienação.

O autor ressalta, ainda, a relevância do regionalismo na evolução da representação da língua nas obras literárias. Esse tipo de literatura estabelece uma tensão entre tema e linguagem, funcionando tanto como instrumento de autoconsciência quanto de alienação. Isso porque o tema regional tende a remeter ao rústico e “puxa para os aspectos exóticos e pitorescos e, através deles, para uma linguagem inculta cheia de peculiaridades locais” (Candido, 2012, p. 87), enquanto a convenção literária dominante “puxa para uma linguagem culta e mesmo acadêmica” (*ibidem*, p. 87). Dessa forma, “o regionalismo deve estabelecer uma relação adequada entre os dois aspectos, e por isso se torna um instrumento poderoso de transformação da língua [...]” (*ibidem*, p. 87).

Essa força transformadora do regionalismo é aprofundada no ensaio “Literatura e subdesenvolvimento”, em que Antonio Candido (1987) propõe três fases da consciência do atraso na literatura brasileira: a consciência amena (relacionada à ideologia de “país novo”), a consciência catastrófica (associada à percepção do subdesenvolvimento) e, por fim, a consciência dilacerada, vinculada ao que o crítico denomina “super-regionalismo”, uma fase marcada pela sofisticação formal e pelo enraizamento regional capaz de alcançar uma dimensão estética universal, correspondendo esta última fase à “consciência dilacerada do subdesenvolvimento”.

Ao considerarmos a função social e estética do regionalismo, torna-se inevitável reconhecer os efeitos dessa representação nas diferentes regiões do país. Como afirmam Diniz e Coelho,

como tivemos em nosso país a unidade política preservada, costuma-se esquecer a diversidade que dirigiu a formação e o desenvolvimento de nossa cultura. Na realidade, a colonização do Brasil se deu em núcleos separados e praticamente isolados entre si: o desenvolvimento econômico e a evolução social foram, assim, bastante heterogêneos, consideradas as diferentes regiões. (2010, p. 417).

A suposta unidade nacional mascara desigualdades profundas, e o regionalismo, longe de ser apenas uma estética literária, se revela como campo de disputa simbólica. Nesse cenário, regiões como o Norte, historicamente afastadas dos centros de poder político, econômico e cultural, passam a ser tratadas como periferias dentro do próprio território nacional, deslocadas não apenas geograficamente, mas discursivamente das definições de valor, centralidade e pertencimento ao cânone.

Historicamente, o Norte brasileiro é representado como uma região periférica, cuja relevância cultural, política e histórica é sistematicamente relativizada diante do protagonismo conferido às regiões Sul e Sudeste. Tal perspectiva é herdeira de narrativas construídas desde o período colonial, sobretudo por viajantes estrangeiros e intelectuais nacionais, que atribuíram à Amazônia o papel de território exótico, inóspito e culturalmente secundário. Essa imagem cristalizou-se como uma espécie de identidade imposta à região, que passou a ser consumida a partir de sua diferença, não por sua contribuição autônoma à cultura nacional.

Essa discussão é aprofundada no ensaio *Quando o Norte é Sul* (Mibielli; Campos; Carvalho; Santos, 2025), que propõe uma leitura crítica da posição da Amazônia dentro da organização geopolítica brasileira. Os autores identificam um descompasso entre a imagem internacional do Brasil e as hierarquias internas que estruturam o território nacional, observando que:

Enquanto em nível mundial o Brasil figura entre os países que compõem o bloco do Sul Global, dada a sua desimportância no cenário internacional, em se tratando da geopolítica interna do estado nacional brasileiro, o Norte brasileiro é que se caracteriza por desfrutar de pouca importância e, portanto, pela menor relevância histórica em termos políticos, econômicos e culturais. Daí, que podemos apontar uma espécie de inversão: no Brasil a região Norte é que corresponderia

ao Sul Global, dada a sua pouca importância política e cultural e a sua pouca capacidade de influenciar as políticas e os modos de vida” (Mibielli; Campos; Carvalho; Santos, 2025, p. 2).

A comparação revela como as desigualdades históricas entre centro e periferia, comuns ao sistema-mundo, são reproduzidas em escala nacional, estabelecendo uma hierarquia interna em que a região Norte ocupa um lugar subordinado. Tal condição condiciona a forma como suas manifestações culturais (e, em particular, literárias) são percebidas, divulgadas e consumidas, além de limitar sua inserção nas dinâmicas de poder político e econômico.

3 Representações periféricas e outras reformulações

Essa desigualdade estrutural não impede, contudo, que a ideia de periferia seja convertida em objeto de interesse estético e mercadológico. Como observa Carola Saavedra na crônica que citamos aqui no começo deste texto, o que se espera do autor periférico (como no exemplo irônico do escritor indígena Shuar que cita Nietzsche) é que ele confirme o imaginário exótico que se tem de sua origem, e não que subverta essas expectativas. Isso revela como o lugar marginalizado pode ser simultaneamente invisibilizado em termos de reconhecimento e instrumentalizado como valor simbólico, desde que se mantenha dentro dos limites do que é aceitável ou desejável pelo centro. No caso da literatura produzida no Norte, esse processo envolve tanto a exclusão de textos que não confirmam as imagens cristalizadas sobre a região quanto a valorização daqueles que reproduzem traços de alteridade cultural convenientes à lógica do mercado editorial e à crítica tradicional.

Essa contradição também está presente na forma como alguns autores contemporâneos lidam com o rótulo de regionalismo em suas obras. A dicotomia entre aceitar ou rejeitar a classificação de regionalista aparece tanto na crítica literária especializada quanto nos posicionamentos dos próprios escritores, que muitas vezes oferecem chaves interpretativas para seus textos. É o caso de Itamar Vieira Junior, que manifesta rejeição explícita ao rótulo de Regionalismo ao comentar sua obra *Torto Arado* (2019). A narrativa acompanha a vida das irmãs Bibiana e Belonísia, marcadas por condições de trabalho análogas à escravidão e submetidas a violências físicas e simbólicas em uma fazenda do sertão da Chapada Diamantina.

Em entrevista concedida ao programa *Roda Viva*, da TV Cultura, em fevereiro de 2020, o autor enfatiza que o foco central de sua obra está na exploração das experiências humanas, e não nas classificações associadas ao Regionalismo. Tal posicionamento é analisado por Allison Leão e Sheila Campos, que observam: “A perspectiva apontada pelo escritor baiano, a da ‘centralidade do eu’, justifica sua defesa de que seu texto se aproxima da prosa de Graciliano Ramos, Raquel de Queiroz e Raduan Nassar” (2021, p. 660). Nessa mesma entrevista, o autor destaca que sua

literatura não é regional, eu falo a partir do meu centro e fico pensando quem cunhou esse termo regional para classificar uma literatura fora do eixo Rio-São Paulo, dito como centro. Eu acho que a Raquel de

Queiroz, o Jorge Amado, o José Lins do Rego, o Graciliano Ramos, o Érico Veríssimo escreveram a partir dos seus centros. E eu penso a minha literatura a partir dessa centralidade das nossas vidas, é o que importa. O que importa é a perspectiva das personagens que estão ali, do autor, [...] mas ali estão questões que são universais, como o direito à vida, à liberdade, o direito à terra, a violência são temas que atravessam todas as sociedades, todas as culturas, então eu costumo imaginar que a minha literatura é construída a partir de um centro, e as personagens falam a partir de seu centro também.

Eu também me preocupei, eu não queria recriar essa linguagem não queria mimetizar, acho que não seria capaz de fazer isso, e também o livro poderia se tornar um tanto hermético, que não pudesse dialogar com o grande público, eu tinha essa consciência, mas ainda assim preservo muita coisa, muitos vocábulos que de fato ocorrem e nós podemos enumerar muitos [...] (Vieira Junior, 2020)

Em seu comentário, o autor reconhece abertamente uma prática bastante comum na contemporaneidade, que remete às discussões sobre centros e periferias anteriormente estabelecidas: vincular o texto literário ao regionalismo é uma forma de estigmatizar as obras produzidas nas periferias do Brasil, isto é, fora do eixo Rio-São Paulo, que hoje se destaca como o centro socioeconômico do país. Esse estigma se intensifica quando a obra, como *Torto Arado* (2019), tem como plano de fundo o sertão nordestino e representa mulheres negras submetidas a condições de trabalho análogo à escravidão, além de diversos tipos de opressão de cunho racista, misógino e aporofóbico. Itamar percebe, consciente ou inconscientemente, que vincular sua produção a esse conceito poderia dificultar ainda mais sua ampla divulgação, aceitação e, inclusive, premiação, tanto no Brasil quanto no exterior. Por isso, recusa essa classificação.

Isso ocorre porque quem confere valor acadêmico, premia os textos literários e influencia sua circulação entre o grande público (seja por meio da universidade, da escola ou mesmo individualmente, com a publicação de análises em jornais, blogs e sites) são os críticos literários. Como explica Jobim (2012), esses agentes não atuam isoladamente, mas integram um sistema complexo de divulgação, legitimação e negação dos gostos, no qual também participam editores, professores, a imprensa e as instituições educacionais. Trata-se, portanto, de uma engrenagem social que define o que deve ou não ser valorizado, promovendo a canonização de determinados autores e obras em detrimento de outros. Como intelectuais legitimados da área da literatura, os críticos ocupam um lugar social de autoridade simbólica, respaldado pelos valores da classe dominante, a burguesia. Dessa forma, o valor atribuído às obras literárias é mediado por critérios que interessam a essa classe, reforçando a manutenção do cânone e, com ele, a lógica exploratória do capital.

O autor de *Torto Arado* reconhece as relações de centro e periferia que sobrevalorizam o centro, ao afirmar, numa tentativa de não subalternizar sua produção, que escreve a partir de uma centralidade própria, e não a partir da marginalidade. Ainda que sua narrativa represente um local afastado do grande centro, personagens e situações marcadas pela extrema violência e pobreza, tais descrições posicionam o sertão como periferia, não apenas pela distância geográfica, mas por tratar-

se de “um lugar ocupado pelas ‘minorias’, onde vivem os marginais e os marginalizados da sociedade.” (Oliveira, 2011, p. 32).

Como alternativa ao termo “regionalismo”, Itamar prefere utilizar a expressão “Brasil profundo” (Campos; Leão, 2021). Em entrevista concedida a Marcelo Tas no programa *Provoca*, da TV Cultura, em 25 de outubro de 2022, o autor destaca que o Brasil Profundo

É uma coisa que chega, né? Que a gente não sabe explicar muito bem, mas eu gosto dessa expressão, talvez pela carga enigmática que tem nela também. Não é aquilo que está apenas na TV, não é aquilo que é apenas exaltado, mas são as vidas, as pessoas, que ainda estão invisibilizadas e que tem uma potência criativa e de vida que podem explicar este país. Então chegar no campo, você ver a modernidade e a vulnerabilidade coabitando no mesmo lugar, isso mostra que ainda há por fazer, o que foi a história deste país. Eu acho que é neste espaço que a gente conhece esse Brasil em profundidade, ou Brasil Profundo. (Vieira Junior, 2022)

Ao adotar a alcunha “Brasil Profundo” para caracterizar sua literatura, Itamar Vieira Junior reconhece que retrata a marginalidade invisibilizada, ao mesmo tempo em que enfatiza a importância da representação desses indivíduos na Literatura Nacional, ainda que deseje afirmar sua escrita a partir de uma centralidade própria (se é que isso seja possível). Seu esforço consiste em expor as marcas históricas da exploração e da colonização sem recorrer à espetacularização do sofrimento, buscando provocar a reflexão sobre as estruturas que fundaram o país.

Em contraponto a essa perspectiva, especialmente ao uso do termo “Brasil Profundo”, está o poeta roraimense Eliakin Rufino². Em sua conta pessoal na rede social Instagram, o autor publicou, em 4 de julho de 2022, o vídeo intitulado “Não há Brasil profundo”. Nele, afirma que

Não há brasil profundo. Brasil Profundo foi inventado por quem pensa raso, teóricos da superfície, acadêmicos urbanos, intelectuais do asfalto. Brasil Profundo somos nós nortistas, indígenas, quilombolas, cabocos, ribeirinhos, povos da floresta. Somos vistos com desprezo, tratados como estranhos, olhados com desdém. “É parecido com a gente”, dizem os mais condescendentes, “nem parece que é do Brasil profundo, ele é tão inteligente”, sussurram entre dentes. Quem inventou o Brasil Profundo nada na superfície de um Brasil colonizado. Não há Brasil Profundo! Há pensamento raso. Não há Brasil Profundo! Há preconceito e atraso. (Rufino, 2022)

Eliakin propõe questionamentos bastante incisivos acerca da expressão *Brasil Profundo*, apontando que se trata de um termo academicista que não se conecta com a realidade das pessoas que estão às margens do país (“nortistas, indígenas, quilombolas, cabocos, ribeirinhos, povos da

² Poeta, cantor, escritor, professor e jornalista graduado em Filosofia na Universidade Federal do Amazonas. Professor aposentado da Universidade Federal de Roraima. Faz shows de poesia e música em vários lugares do Brasil e em outros países.

floresta”), grupo do qual ele também faz parte, já que constantemente se inclui nessa coletividade: “Brasil Profundo somos nós”. Suas palavras revelam a fala de alguém que reivindica o direito de nomear a própria experiência, sem depender de intermediários para veicular seus dizeres.

Em sintonia com discussões como as de Spivak (2010) e Oliveira (2011), que problematizam o lugar da fala e o papel do intelectual na representação dos sujeitos subalternizados, a crítica de Eliakin sugere uma recusa à mediação daqueles que, legitimados pela classe dominante, produzem categorias para enquadrar a literatura feita nas periferias do país. Utiliza, para isso, adjetivações contundentes ao classificar esse tipo de estudioso: “teóricos da superfície”, “acadêmicos urbanos”, “intelectuais do asfalto”. Assim como Itamar Vieira Junior, Eliakin identifica nesses agentes a tendência a reproduzir concepções cristalizadas, muitas vezes desprovidas de autocritica, que acabam por perpetuar a lógica excludente do capitalismo.

Embora não se declare regionalista, Eliakin tampouco nega a vinculação de parte de sua obra ao conceito. Pelo contrário, durante a década de 1980, em parceria com Zeca Preto e Neuber Uchôa (dois importantes nomes da música em Roraima), o músico fundou o Movimento Roraimeira, que tinha como objetivo a construção de uma identidade roraimense por meio da valorização da arte, da cultura, da música, da dança e de todas as expressões artísticas do estado. Segundo Rufino, o Movimento Roraimeira representou o modernismo tardio que aconteceu em Roraima:

é o Modernismo, é o movimento modernista... Tardio. E é claro que ao longo desse período a gente foi vendo que tem influência de outros movimentos; a gente tem influência do movimento Tropicalista. O Roraimeira é o último movimento cultural brasileiro do século XX, por causa da distância, entende? Foram pipocando movimentos em Minas (...), no Nordeste (...), no Pará (...), em Manaus (...), até que, no final do século, tem um movimento aqui, no extremo Norte, na fronteira do Brasil, tem um movimento que está preocupado em construir uma identidade, uma estética regional (Oliveira; Wankler; Souza, 2009, p. 29)

A fala de Eliakin Rufino reforça o caráter afirmativo do movimento, que, ao buscar uma estética própria, também expressa o desejo de constituir um pertencimento cultural diante da invisibilização histórica da região. Essa intenção, alinhada à valorização das especificidades locais, retoma uma discussão presente desde o século XIX, com o Instinto de Nacionalidade formulado por Machado de Assis. O enaltecimento das questões regionais, seja nas paisagens descritas, na fala das personagens ou em outras formas de representação, geralmente surge quando há a intenção de “construir a identidade de...”. Essa prática não é negativa em si: é fundamental retratar o povo de um lugar, sua cultura, modos de vida e subjetividades. Contudo, como adverte Candido (2012), é necessário cautela. A linha que separa a valorização da caricatura é tênue, e o risco de cair no exotismo, na superexploração das características locais ou na reprodução da imagem de um “mundo perdido” ainda moldado por uma ótica eurocentrada, permanece presente.

Ambos os autores reconhecem os estigmas que o rótulo de literatura regional pode carregar.

Entretanto, adotam estratégias distintas diante dessa categorização. Itamar Vieira Junior rejeita o termo, buscando construir uma alternativa que afaste sua obra da ideia de inferiorização, comumente associada à literatura produzida fora do eixo hegemônico. Ao contrário, Eliakin Rufino recusa novas classificações que desloquem o problema apenas de nome e reivindica o Regionalismo como instrumento de afirmação identitária. Ainda que tal escolha o aproxime do risco de exotizar a si mesmo, sua posição marca um enfrentamento ao cânone e à lógica dominante, transformando a representação da região em resistência ativa.

Essa resistência ao centro e aos seus mecanismos de controle cultural pode ser entendida como parte de um processo histórico mais amplo, que, conforme aponta Ángel Rama (1989), marcou o desenvolvimento das culturas regionais na América Latina. Em sua análise, o crítico uruguaio observa que determinadas regiões da América hispânica

se desenvolveram lentamente com escassos vínculos com os centros do vice-reinado, registrando marcadas tendências separatistas ou ao menos isolacionistas que lhes permitiram elaborar padrões culturais próprios, frequentemente muito arcaicos, muitas vezes produto de originais sincretismos que serviram de base a fortes tendências localistas” (Rama, 1989, p. 94).

Essa formulação permite compreender como a distância (geográfica, política e simbólica) em relação aos centros hegemônicos favoreceu o surgimento de expressões culturais autônomas, marcadas por práticas de resistência e preservação. No caso brasileiro, particularmente no Norte, essas práticas se manifestam em produções literárias que se recusam a seguir as expectativas do cânone e, ao mesmo tempo, evidenciam suas especificidades regionais. A literatura que se constrói a partir dessas regiões não reproduz modelos consagrados, mas resulta de processos históricos atravessados por disputas em torno da representação e da identidade cultural.

Nesse cenário, o conceito de transculturação, desenvolvido por Fernando Ortiz e ampliado por Ángel Rama, torna-se um instrumento teórico relevante para pensar como essas produções lidam com a incorporação (muitas vezes conflituosa) de códigos culturais diversos e compreender os processos de reconfiguração cultural que ocorrem em contextos marcados por relações de desigualdade. Ao propor que a incorporação de elementos culturais dominantes se dá de forma conflituosa e transformadora, a transculturação “ajuda” a analisar como determinadas obras assimilam códigos da tradição letrada e institucionalizada, reformulando-os a partir de matrizes locais, experiências históricas específicas e modos de existência próprios. Contudo, embora o conceito evidencie dinâmicas de apropriação e reinvenção cultural, ele tende a suavizar as relações de dominação que estruturam esses processos, ao sugerir um intercâmbio relativamente simétrico entre culturas. Em cenários como o das literaturas marginalizadas, marcados por silenciamentos, exclusões e desigualdade estrutural de acesso à legitimidade, a ideia de transculturação pode encobrir os mecanismos de imposição que persistem no campo literário e na crítica. Ainda assim, sua aplicação crítica permite observar como as margens não se limitam a repetir os centros, mas

produzem discursos próprios, que reestruturam os modelos herdados e elaboram novas formas de pertencimento cultural e estético.

Nesse sentido, a produção literária que surge de contextos periféricos como o Norte e Nordeste brasileiro pode ser compreendida como um espaço de rearticulação simbólica, em que a apropriação de códigos culturais hegemônicos dá lugar a práticas discursivas autônomas, embora sujeitas a assimetrias estruturais.

A obra de Eliakin Rufino, ao reivindicar uma estética própria, e o Movimento Roraimense, ao propor uma identidade cultural roraimense, exemplificam esse processo de reelaboração simbólica. Longe de se submeterem a categorias estabilizadas como “regionalismo” ou “literatura periférica”, tais manifestações apontam para uma outra forma de estar na literatura brasileira: uma forma que, embora situada nas margens, recusa-se a ocupar um lugar subalterno e insiste em produzir, a partir da diferença, uma linguagem própria de existência.

Nesse contexto, torna-se compreensível que muitos autores contemporâneos busquem construir suas próprias leituras críticas e apontem caminhos interpretativos para suas obras. Tal movimento pode ser entendido como uma forma de reagir às leituras cristalizadas da crítica literária tradicional, cujos parâmetros costumam valorizar produções alinhadas ao cânone estabelecido. Esse cânone, como vimos, não é neutro: ele reflete e sustenta os interesses da classe dominante, funcionando como instrumento de validação simbólica que contribui para a manutenção das estruturas de poder baseadas na exclusão e na reprodução das contradições do sistema capitalista.

Considerações finais

O juízo de valor negativo que hoje recai sobre o conceito de Regionalismo (e que se manifesta, por exemplo, na recusa desse rótulo por Itamar Vieira Junior e na reconfiguração crítica proposta por Eliakin Rufino) está enraizado em uma crítica literária que tradicionalmente valoriza as produções oriundas dos centros hegemônicos, especialmente o eixo Rio-São Paulo. Como resultado, obras escritas a partir das margens geográficas e sociais do país, muitas vezes protagonizadas por sujeitos subalternizados, são historicamente classificadas como periféricas ou marginais, isto é, percebidas como esteticamente inferiores e menos universais. Por isso, acabam sendo consideradas menos complexas e menos importantes do que aquelas produzidas nos grandes centros do país. Trata-se de um histórico de análises marcadas por pré-julgamentos da crítica literária especializada que, apesar de atualmente revelar sinais de revisão, ainda encontra dificuldade em romper com processos profundamente enraizados de inferiorização.

É justamente essa vilania atribuída ao Regionalismo que Marisa Lajolo discute ao analisar os protocolos da crítica e da história literária brasileira, destacando o modo como essa categoria tem sido encarada a partir de um olhar ortodoxo, urbano e europeizado:

E é também desta perspectiva que os preconceitos com que a crítica e a história literária brasileiras lidam com o regionalismo podem

desvelar seus contornos ideológicos e sua dimensão política: seus protocolos de leitura literária são urbanos e ortodoxos e talvez codifiquem, no rótulo *regionalismo/regionalista* sua incapacidade de dar conta do *modo de ser mestiço* da literatura regionalista que, produto cultural crioulo como o país, é carimbado como estrangeiro pelos olhos urbanos e europeizados da crítica... (Lajolo, 2001, p. 327)

Diante disso, convém reconsiderar as categorias que orientam a crítica literária brasileira, reconhecendo que elas refletem construções históricas marcadas por interesses específicos e relações de poder. Para que o Regionalismo deixe de ser visto como uma “velha praga” e passe a ser reconhecido em sua complexidade estética e histórica que lhe é inerente, e não como um rótulo redutor, é necessário atentar para as formas como as produções literárias são avaliadas e classificadas. Tal reconsideração implica reconhecer que há, fora dos grandes centros, formas consistentes de articulação estética e histórica, cujos significados extrapolam o local e o circunstancial.

A literatura produzida em contextos periféricos tem enfrentado as limitações impostas pelas classificações tradicionais e demonstrado capacidade de intervenção crítica sobre a realidade. A manutenção de categorias como “regionalismo”, frequentemente utilizadas como marca de inferioridade, evidencia os limites da crítica convencional e, ao mesmo tempo, a persistência de algumas obras em se afirmar como parte constitutiva da literatura brasileira, apesar das classificações redutoras. Nesse sentido, a pergunta formulada por Lígia Chiappini permanece pertinente: “até que ponto a manutenção de nossas desigualdades econômicas e sociais dá margem a uma produção enformada por essa luta?” (Leite, 1994, p. 700). A resposta, ainda em construção, exige o reconhecimento do Regionalismo enquanto campo relevante de embates e reformulações críticas (e não como “vilão” ou “praga”), no qual as representações periféricas contestam os limites do cânone e contribuem para a ampliação dos modos de leitura do Brasil e de sua literatura.

Referências

ASSIS, Machado de. Notícia da atual literatura brasileira. Instinto de nacionalidade. **Machadiana Eletrônica**, Vitória, v. 6, n. 11, p. 59-68, jan.-jun. 2023.

CAMPOS, Sheila Praxedes P.; LEÃO, Allison. Regionalismo. In: JOBIM, José Luís; ARAÚJO, Nabil; SASSE, Pedro Puro (orgs.). **(Novas) Palavras da Crítica**. Rio de Janeiro, RJ: Edições Makunaima, 2021. p. 649-678.

CANDIDO, Antonio. A literatura e a formação do homem. **Remate de Males**, Campinas, SP, 2012. DOI: 10.20396/remate.v0i0.8635992. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/remate/article/view/8635992>. Acesso em 25 fev. 2025.

CANDIDO, Antonio. Literatura e subdesenvolvimento. In: _____. **A educação pela noite e outros ensaios**. São Paulo: Ática, 1987. p. 140-162.

DINIZ, Dilma Castelo Branco; COELHO, Haydée Ribeiro. Regionalismo. In: FIGUEIREDO, Eurídice. **Conceitos de literatura e cultura**. 2. ed. Niterói: EdUFF; Juiz de Fora: EdUFJF, 2010, p. 415-433.

JOBIM, José Luís. Crítica literária: questões e perspectivas. **Itinerários**, Araraquara, n. 35, p. 145-157, jul.-dez. 2012. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/itinerarios/article/view/5907/4504>. Acesso em: 10 fev. 2025.

LAJOLO, Marisa. Regionalismo e História da Literatura: Quem é o Vilão da História? In: FREITAS, Marcos Cezar (org.). **Historiografia brasileira em perspectiva**. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2001.

LEITE, Lúcia Chiappini de Moraes. Velha praga? Regionalismo literário brasileiro. In: PIZZARRO, Ana (Org.). **América Latina: palavra, literatura e cultura. Emancipação do discurso**. São Paulo: Memorial; Campinas: UNICAMP, 1994. v. 2, p. 667-702.

MIBIELLI, Roberto. Cânone. In: JOBIM, José Luís; ARAÚJO, Nabil; SASSE, Pedro Puro (org.). **(Novas) Palavras da Crítica**. Rio de Janeiro, RJ: Edições Makunaima, 2021. p. 13-43.

MIBIELLI, Roberto; CAMPOS, Sheila Praxedes P.; CARVALHO, Fábio A. de; SANTOS, Fernando S. dos. Quando o Norte é Sul: Literatura Comparada e circulação literária e cultural na Amazônia Brasileira. **Gragoatá**, v. 30, n. 67, p. 1-22, maio-ago. 2025. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/gragoata/article/view/66688/39731>. Acesso em: 13 jul. 2025.

OLIVEIRA, Rafael da Silva; WANKLER, Cátia Monteiro; SOUZA, Carla Monteiro de. Identidade e Poesia Musicada: panorama do Movimento Roraimense a partir da cidade de Boa Vista como uma das fontes de inspiração. **Revista Acta Geográfica**, Ano III, Nº 6, jul./dez. de 2009. p. 27-37.

OLIVEIRA, Rejane Pivetta de. Literatura marginal: questionamentos à teoria literária. **Ipotesi**, Juiz de Fora, v. 15, n. 2, Especial, p. 31-39, jul./dez. 2011.

PELINSER, André Tessaro. Regionalidade: entre a influência francesa e a brasilidade. In: CEI, Vitor; DAYRELL, João Guilherme; AZARA, Michel Mingote Ferreira de (orgs.). **A literatura e a vida: por que estudar literatura?** Vila Velha, ES: Praia Editora/RCG, 2015. p. 356-368.

RAMA, Ángel. **Transculturación narrativa en America Latina**. México: Siglo Veintiuno; Montevideo: Fundación Ángel Rama, 1989. p. 11-116.

RUFINO, Eliakin. **Não há Brasil profundo**. Boa Vista – Roraima. 04 jul. 2022. Instagram: @eliakinrufino. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/Cfm0Vylj6Oy/>. Acesso em: 20 nov. 2023.

SAAVEDRA, Carola. Do exótico e outros encantos. **Rascunho**, Curitiba, n. 141, jan. 2012, p. 32. Coluna Intercâmbios Ficcionalis. Disponível em: <https://rascunho.com.br/colunistas/intercambios-ficcionalis/do-exotico-e-outros-encantos/>. Acesso em: 10 jul. 2025.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

VIEIRA JUNIOR, Itamar. **Programa Provoca**. TV Cultura. 25/10/2022. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=pHF5s36poIQ>. Acesso em: 21 fev. 2025.

VIEIRA JUNIOR, Itamar. **Programa Roda Viva**. TV Cultura. 15/02/2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=MU9iUc2UHBQ>. Acesso em: 21 fev. 2025.